

Notas sobre as produções de bebidas e as transformações das paisagens nos sertões do Oeste do Brasil (1760-1830)¹

Notes on beverage production and landscape transformations in the hinterlands of Western Brazil (1760-1830)

Antonio José Alves de Oliveira*

Eunice Sueli Nodari**

Resumo

Nas últimas décadas do século XVIII e primeiras décadas do século XIX uma série de transformações de ordem política e social impulsionam modificações importantes na maneira como a Coroa portuguesa e depois o império brasileiro observam o domínio do espaço e a colonização de um imenso sertão, principalmente impelindo um maior direcionamento às suas produções agrícolas. Decorrem desse processo transformações importantes nas práticas e nas representações do espaço e na paisagem em um processo mais intenso de colonização, no sentido de os transformar em espaços e paisagens seguros e costumeiros aos adventícios. Neste trabalho temos como intuito analisar a partir de relatos de viagens, cartas e mapas de que maneira opera esse processo, buscamos principalmente tecer algumas notas e considerações sobre a presença de vinhedos no Extremo Oeste da América portuguesa e depois império do Brasil. A partir da história ambiental buscamos observar as transformações das paisagens nesse processo de colonização, iremos nos ater com maior ênfase nas descrições e representações das práticas com bebidas alcóolicas autóctones e a transplantação de espécies vegetais que haveriam de efetuar essa maior domesticação e colonização do espaço e das paisagens, principalmente os relatos em torno das plantações de bacellos para a produção de vinhos, por fim intentamos analisar como são representados os espaços na expansão para o Oeste do Brasil nas primeiras décadas do século XIX.

Palavras-chave: Espaços; Paisagens; História ambiental; Vinho.

¹ Agradecimentos ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq pelo auxílio financeiro (projeto 426478/2018-5) e pela bolsa Pq/CNPq para Eunice Sueli Nodari.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ajalvoliveira@gmail.com

** Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina nos Programas de Pós-Graduação em História e Interdisciplinar em Ciências Humanas. E-mail: eunice.nodari@gmail.com

Abstract

In the last decades of the 18th century and first decades of the 19th century, a series of transformations of political and social order implies important modifications in the way the Portuguese Crown, and after the Brazilian Empire look at the domain of the space and the colonization of its immense “sertão”, the backlands of the Empire, applying more efforts in its agricultural productions. As a result of this process occur important transformations in the practices and representations of the space and toward the landscape in a more intense process of colonization, aiming to convert in secure places the spaces and the landscapes to the adventitious. In this paper we aim to analyze through travel narratives, letters and maps how this process take place especially with the presence more constant of vineyards in the Extreme West of Portuguese America, then Empire of Brazil. Through the perspective of environmental history we aim to analyze and take some notes about the transformations in the landscape and the space in the process of colonization. Here we aim to discuss mainly the descriptions and practices with indigenous alcoholic beverages and the transplantation of species of vegetables toward this process of domestication of environment and landscape, especially the narratives and reports about the introduction of vineyards to the local production of wine. At last, we aim to discuss some of the representations of the space in the expansion toward West of Brazil in the beginning of 19th century.

Keywords: Spaces; Landscapes; Environmental History; wine.

Introdução

Em 1817, foi publicada no Rio de Janeiro a “Corographia Brasília ou a Relação Histórico Geográfica do Brasil”, em dois tomos, escrita por Manoel Ayres de Casal, “presbítero secular do Grão Priorato do Crato”.² O texto da “Corographia” explicita uma leitura acurada da diversidade social e ambiental do Brasil, assim como sua diversidade cultural e econômica, além da imensa pluralidade das suas capitanias, depois províncias, que se queriam unidas em suas diversas e distantes espacialidades. O Brasil acabara de ser elevado a Reino Unido, e anos antes promovido a sede do Império Marítimo português com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1807 e a chegada da família real no começo de 1808. É certo que a expansão para o Oeste da

² AYRES DE CASAL, Manuel. *Corographia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil*, por Manoel Ayres de Casal, presbítero secular do grão-priorado do Crato. Edição correcta e emendada. 2 tomos. Rio de Janeiro, Typographia Gueffier & Comp., 1833.

América portuguesa havia se dado antes. Após um alargamento considerável das fronteiras, legitimado finalmente nos Tratados de Madrid de 1750 e Santo Idelfonso em 1777, ancorado aquele na prerrogativa do “*uti possidetis*”, a posse haveria de ser legitimada por aqueles que efetivamente haviam ocupado e colonizado a terra.³

Na América portuguesa, no “Extremo oeste”, como asseverava Sérgio Buarque de Holanda em seus estudos,⁴ as respectivas Vila Bella, Cuiabá e Vila Boa de Goiaz haviam sido fundadas ainda nos finais da década de 1720 e na década de 1730, muito antes de aquelas terras serem legitimadas juridicamente como terras da América portuguesa, posto que avançavam muito o então Tratado de Tordesilhas, ainda válido entre as Coroas ibéricas àquela altura. A fundação de tais vilas situadas em territórios ricos em minérios, é importante destacar, tinha também uma razão de ser ancorada no comércio além fronteira e nos negócios que se visavam com a praça de Buenos Aires. Comerciantes luso-brasileiros tinham o intuito de fazer com que a prata da América espanhola, principalmente do Peru, irrigasse e circulasse na América portuguesa, chegando mesmo a circular até ao Rio de Janeiro,⁵ por conta de mais essa razão colocava-se também aquele espaço sob o esforço de colonização, criação de arraiais, investimento em terras, gados e escravos no intento de enriquecimento e inversão de capitais no centro da América do Sul. Consequentemente, havia também o esforço na ereção das vilas, na constituição de municipalidades e a configuração de autoridades e hierarquias nos sertões de fronteira.⁶

Aquelas vilas, povoados e arraiais emergem como espacializações portuguesas já na segunda metade do século XVII e princípios do século XVIII, e, como apontava Sérgio Buarque de Holanda, surgem essencialmente como vilas mestiças em seus modos de ser, vestir e se alimentar. Isso decorreu

³ Principalmente no pós-Restauração de 1640 e depois do fim da guerra com a Espanha em 1668 regiões fronteiriças tanto na América como na Europa tiveram disputas cada vez mais acirradas com pressões para sua demarcação (não necessariamente por parte do poder real). Algumas atividades como pesca ou pasto eram toleradas entre os “fronterizos” em detrimento do cultivo da terra, que segundo Solórzano, demarcava já uma tomada de direitos e de posse à terra. Cf. HERZOG, Tamar. *Frontiers of possession: Spain and Portugal in Europe and Americas*. Harvard University Press: Cambridge/London, 2015.

⁴ Aqui nos referimos principalmente a HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*. Org. Laura de Mello e Souza, André Sekkel Cerqueira – 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. E ainda HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵ Cf. OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Índias*, 2015. Vol. LXXV, n.265. pp. 681-710.

⁶ Décadas antes, em 1680, a instalação de uma colônia propriamente na embocadura do rio da Prata, a Colônia do Sacramento, tinha como um dos objetivos também essa irrigação de minérios argentíferos das praças portuguesas na América. Ver OLIVEIRA, O Capital Mercantil... op. cit., p. 692. E ainda HERZOG, op. cit., p. 38.

principalmente porque tal esforço de colonização e espacialização daquelas “conquistas” como portuguesas havia se dado propriamente com conflitos, negociações e amizades com inúmeros grupos indígenas daquelas paragens, no final do século XVII, com os movimentos de sertanistas e principalmente na primeira metade do século XVIII, com as frotas de comércio e as monções de povoamento, que, com as riquezas minerais, muito lentamente iam construindo uma certa regularidade no abastecimento e povoamento.

No século XIX, depois do profundo esvaziamento com a decadência do ouro nas capitanias mineiras e a produção de um certo isolamento nas vilas e povoados daqueles sertões, produzindo a configuração de uma fronteira “queijo suíço”,⁷ em vilas e municipalidades constituídas essencialmente de forma mestiça naqueles sertões, o esforço da Coroa portuguesa e depois império brasileiro, primeiro se fazia em manter tais distantes e diversas espacialidades unidas em torno de um centro, mas também se fazia como um esforço de distinção e manutenção dos gostos e costumes de sua elite administrativa e grupos de principais da terra, por um lado, e por outro, para a transformação e imposição de valores numa comunidade nova, visando a constituição e imposição de sua visão própria de civilidade e civilização. Esforço este que se dava em vários campos, e também com a contínua transplantação de animais e plantas exóticas e a paulatina transformação das paisagens, com uma série de atividades econômicas, decorrentes das tentativas de reprodução de um modo de vida e imposição de uma ordem e uma paisagem comum e segura aos olhos dos adventícios.⁸

A. J. Russel-Wood notava que um mapa do Brasil antes de 1822 explicitava um quadro espacial da América portuguesa com uma série de discontinuidades, com ilhas de populações que se comunicavam entre si.⁹ É certo que sabemos hoje que esse quadro possuía no mundo colonial grande dinamicidade, e, na expansão para o Oeste da América portuguesa no final do século XVII, e durante todo o século XVIII, enquanto os metais auríferos faziam circular capitais e incentivar a produção de roças e a criação de gados naquelas paragens, os caminhos tiveram uma certa regularidade, principalmente com as frotas de comércio e as ditas monções de povoamento, mas também com caminhos

⁷ MCCREERY, David. *Frontier Goiás (1822-1899)*. Stanford University Press: Stanford California, 2006. Com as populações daqueles espaços dedicando-se principalmente ao gado e ao cultivo das pequenas lavouras.

⁸ CRONON, William. *Changes in the Land: Indians, Colonists, and the Ecology of New England*. Hill and Wang: New York, 1983. Cf. Também SEVCENKO, Nicolau. O Front Brasileiro na Guerra Verde: Vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, São Paulo (30): 108-119, junho / Agosto 1996.

⁹ RUSSELL-WOOD, A. J.. “Frontiers in colonial Brazil: reality, myth and metaphor. In. *Society and Government in colonial Brazil*. Aldershot: Valiorum, 1992, p. 26.

que se abriram para o gado do São Francisco e da Bahia, os caminhos fluviais para a Capitania do Pará, além dos inúmeros “descaminhos do ouro” que se fazia num imenso “sertão aberto”. Com esses elementos iam se construindo muito lentamente uma nova espacialidade sobre os espaços antes guaraníticos e Jês. Entretanto, no alvorecer do século XIX, além das marcas na paisagem, mesmo no conjunto de mapas de Anastácio de Santana, como veremos mais adiante, ou mesmo na relação histórico-geográfica escrita por Ayres de Casal parecem escapar ainda em suas classificações as organizações espaciais a partir das relações entre adventícios e grupos guaraníticos. A Província de Mato Grosso, por exemplo, aparece dividida nas comarcas e distritos de Cuiabá, Mato Grosso, propriamente, Bororonia, Juruanna, e nas Comarcas de Arinos e Tapiraquia. A de Goiás aparece dividida ainda com os distritos do Rio das Velhas, Parannan, Tocantins, Nova Beira, Goyas, propriamente, e Cayaponia.¹⁰

Do mesmo modo que a relação com o espaço ia sendo transformada, ganhando contornos e organizações a partir dos anseios, das negociações e conflitos com a diversidade dos grupos indígenas e com a presença dos adventícios, é possível igualmente atentar para esses anseios de transformação, e as formas de leitura em relação ao mundo natural na fronteira de expansão que ia se abrindo. Se por um lado, a mineração como atividade principal ia causando danos gravíssimos no solo e nas águas, por outro, também a lenta introdução de animais e plantas exóticas ao Cerrado¹¹ ia aos poucos transformando a paisagem das vilas e seu entorno conforme os anseios dos adventícios.¹²

¹⁰ AYRES DE CASAL, op. cit., p. 225.

¹¹ Nos utilizamos aqui do termo “Cerrado” de forma heurística já que a classificação do bioma só se estabiliza no século XX, as classificações variam com o tempo, no tupi-guarani aquela vegetação recebia a classificação de “Caa-tã”, a mata-dura. Também no famoso “Tabula geographica” do célebre naturalista bávaro K. P. Friedrich Von Martius igualmente aparece sua classificação como “Oreades”. Cf. PÁDUA, José Augusto. Um país, seis biomas. In: *O Eco*. Coluna de 03.11.2005; Cf também OLIVEIRA, Gabriel Pereira. *O Céu está muito alto e o imperador muito distante: o sertão de caatingas na conformação do império brasileiro*. Tese em História, UFRJ, 2020. Sobre o que chamamos hoje de Pantanal existe processo semelhante de colonização do espaço, da linguagem e da memória, desde o Ca-y-Gapó, dos grupos Guarani, passando pelos Xarayés, dos grupos espanhóis até chegar na nomenclatura Pantanal já no século XVIII, com a constituição de ruralidades naquele espaço, ver principalmente OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII)*. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 161-194, jan./jun.2011.

¹² Como exemplos podemos destacar a introdução de animais exóticos, principalmente o gado no Oeste, lido como fronteira, analisado por MCCREERY, op. cit., p. 130. Sobre os cavalos, ver ainda HOLANDA, *Capítulos de Expansão...* op. cit., p. 46. Sobre os vegetais introduzidos, além da cana-de-açúcar, referenciada por Sérgio Buarque de Holanda, Ayres de Casal argumenta que os moradores de Meia Ponte cultivavam também em pequena escala “trigo e algum café”. E afirma que criavam “muitos porcos e fabricação tecidos de lã” o que o faz considerar como o berço e centro da agricultura e indústria da província.” Ver. AYRES DE CASAL, op. cit., p. 292. Mesmo sendo inserções em pequena escala, é interessante destacar que são anseios de transformação para aspectos mais costumeiros para os adventícios.

Um ponto que se faz interessante nesse sentido das tentativas de transplantação e construção de comunidades novas naquele espaço é observar e analisar as várias formas de sociabilidade, como os rituais religiosos e celebrações em que se inseriam bebidas alcólicas. Tais formas podem nos servir, além da percepção de elementos de distinção, como índices e parâmetros dessas transformações na paisagem e no ambiente. Bebidas essas fermentadas ou destiladas passavam também por esse processo cultural de colonização, de adaptação, mas também de tentativa gradual de modificação dos hábitos e dos costumes das populações daqueles sertões,¹³ e, por outro lado, gradualmente resultava em experimentos nas transplantações de espécimes vegetais adaptáveis aquele ambiente, transformando lentamente as paisagens.

Nesse sentido, é interessante pensar na observação dos costumes e das beverages existentes no oeste da América portuguesa descritas por cronistas e viajantes ainda na primeira metade do século XIX. Estas igualmente nos servem como indícios do processo de colonização das paisagens e dos costumes daquelas regiões de fronteiras nesse processo de espacialização na América portuguesa. Cronistas como Ayres de Casal, viajantes europeus tais como Auguste de Saint-Hilaire e Hercules Florence, desenhista da expedição de Langsdorff, o oficial de engenheiros português Luís d'Alincourt, e o brigadeiro Cunha Matos, que estiveram presentes naquelas paragens, observaram e descreveram aquelas paisagens, costumes e as paulatinas transformações no mundo natural e nos costumes. É certo que as descrições, relatos e imagens levantadas por tais viajantes por vezes podem nos ser engenhosas, direcionadas pelas figurações do olhar e pelos *topos* narrativos presentes nos relatos de viagens,¹⁴ mas também podemos nos ater a uma leitura crítica de tais relatos, atento às verossimilhanças, coligindo as descrições de paisagens e costumes, atento às suas características, direcionamentos e à sua historicidade própria, portanto aos tempos, lugares e perspectivas das narrativas.

“Produz mui bem as uvas”: paisagens costumeiras no Oeste do Brasil

É importante salientar os intentos de transformação e transplantação de espécimes vegetais para a produção de bebidas conhecidas pelo europeu

¹³ Sobre esse aspecto ver principalmente SCARANO, Julita. Bebida alcóolica e sociedade colonial. In.: KANTOR, Íris; JANCÓS, István. (orgs.). *Festas: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. (Vol. II). Editora HUCITEC, 2001. Embora a autora se centre essencialmente sobre a produção, distribuição e consumo de aguardentes de cana-de-açúcar.

¹⁴ BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes. *Revista USP*, São Paulo (30): 8-19, junho/Agosto 1996. SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

naquele espaço como sendo partícipe desse esforço e processo de transformação das paisagens e colonização dos costumes, que como sabemos não se dá de forma unilateralmente econômica, mas também se faz por transformações lentas no âmbito cultural, num processo de mão dupla de trocas e mestiçagens. Por outro lado, vale lembrar que a principal espécie vegetal no âmbito da colonização portuguesa, a cana-de-açúcar, possuía, por sua vez e a princípio, fortes desestímulos mesmo por parte da Coroa portuguesa e dos administradores coloniais nas regiões mineradoras ao longo do século XVIII. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a administração colonial tomou certas medidas para impedir a inserção da cana de açúcar em tais regiões, o receio era de que com os canaviais surgissem os engenhos de aguardentes. E os engenhos, segundo o capitão-mor de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, eram “a principal causa de muitas desordens, além de ser a perdição de negros”. Entretanto, tais bandos e proibições não impediram o plantio das canas-de-açúcar, como assevera o mesmo Sérgio Buarque de Holanda, posto que já no ano de 1729 se destilava e se vendia aguardentes fabricados naquelas searas, que ademais “servia como remédio de eficácia assegurada para quase todas as moléstias daqueles sertões”.¹⁵

No caminho das monções de povoamento rumo a Cuiabá, Camapuã, entre as capitânicas de São Paulo e Mato Grosso, era vila intermediária que servia de pouso, e, além de artigos comestíveis, também provia os navegantes de aguardente de cana e fumos em rolo, que segundo o matemático e geógrafo Lacerda e Almeida eram para os trabalhadores o mesmo que o maná para os israelitas.¹⁶ Sérgio Buarque ainda assevera a presença de uma miríade de outras espécies exóticas naquelas paragens ao longo do século XVIII, como os bananais, que lentamente transformaram a paisagem e deixaram suas marcas na toponímia.¹⁷ Na Capitania de Mato Grosso ainda, Aires de Casal assegura que já no ano de 1730 o brigadeiro Antonio de Almeida enviou canoas de guerra em busca de plantações de cana-de-açúcar que alguns sertanistas asseveraram ter

¹⁵ HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 80-81.

¹⁶ Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyaba, e S. Paulo, nos anos de 1780 a 1790. São Paulo: Na Typ. De Costa Silveira. Cf. Também HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 123.

¹⁷ Sérgio Buarque assume que se tratava de espécie exótica quando afirma: “A bananeira, introduzida pelos paulistas logo ao início da conquista e que viria a fornecer, juntamente com o arroz-branco, a base da dieta vegetal de uma das raças indígenas do pantanal – os guatós –, representava talvez a única planta frutífera de certa importância nestas paragens. Não admira, pois, se o nome de “bananal” chegou a desempenhar papel significativo na geografia local, associado, com frequência, a certas ilhas e colinas menos acessíveis à água das enchentes e onde a musácea se aclimou com êxito”. HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 136.

visto nas proximidades do rio de São Lourenço, nos mapas coloniais chamado ainda de Borrudos ou Porrudos, e que

fora com estas espécies retornadas em tais canoas que se fez uma plantação em Cuiabá que prosperou à medida do seu desejo e da *necessidade pública*. No anno seguinte forão muitos os plantadores d'este abençoado vegetal, cujo succo era geralmente distillado em aguardente, da qual se vendia o frasco por dez oitavas d'oiro a princípio. Com o uso d'este licor começarão os homens a ter boas cores, sendo até entao pálidos; e as febres a hir em diminuição como também a mortandade da escravatura.¹⁸

Ainda, no ano de 1765, em ofício enviado da Capitania de Goiás pelo escrivão Joaquim Pedro de Campos, da Casa de Fundação de Vila Boa, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o escrivão relata uma série de dificuldades naqueles anos, como a falta de água, que a princípio poderia acarretar na diminuição da extração do ouro, embora esta diminuição não tenha ocorrido naquele ano. Outros elementos de seu ofício versam sobre um tema recorrente naqueles distantes sertões, a falta e a carestia de gêneros alimentícios, que chegavam naquelas paragens com preços exorbitantes, principalmente os molhados, em decorrência das dificuldades dos caminhos que encareciam gêneros, como os pães do reino. As bebidas igualmente advindas do reino, fossem vinhos ou aguardentes chegavam a três mil réis o frasco, segundo ainda o mesmo o escrivão.¹⁹ O escrivão avisava entretanto ao ministro que na falta de pães e vinhos portugueses aqueles moradores cuidaram em cultivar o trigo e os bacellos numa terra que era de tudo muito fértil, afirmando que “tem dado estes moradores a cultura do trigo que o dá bem a terra e este é o que os tem suprido. E também se vão de ter os cuidando a fazer vinho e já *aparecem seus barris delle feito na terra*” e afirma ainda que as faltas e opressões que

¹⁸ AYRES DE CASAL, op. cit., p. 212.

¹⁹ O comércio em regiões mineradoras alcançava valores exorbitantes como aponta Júnia Furtado, e afirma que junto ao comércio externo, desde cedo se formou uma rede de abastecimento interna baseada principalmente na agricultura de alimentos, pecuária, engenhos de cana e aguardente e até mesmo na produção de tecidos grosseiros”. Afirma ainda que mesmo que esse comércio fosse super tributado continuava muito rentável. FURTADO, Júnia F. *Homens de Negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006, pp.200-201. Para termos uma ideia sobre a diferença e os valores alcançados, Eulália Lobo apontava que “um alqueire de sal custava 720 réis no Rio de Janeiro, pagava 750 réis na alfândega, mas era vendido por 3\$600 réis em Minas Gerais. Um quintal de ferro manufaturado valia 4\$800 a 6\$000r. no Rio de Janeiro, estava sujeito ao imposto de 4\$500r. e obtinha 14\$000 réis nos mercados de Minas.” LOBO, Eulália. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. *Revista de História - USP*, São Paulo, v. LI, p. 61. Podemos a partir daí ter uma referência sobre o valor atribuído às bebidas pelo escrivão em Vila Boa e atentar para os anseios e os impulsos para a produção local, embora esta se desse em pequena escala.

incomodavam os moradores eram devidas antes à sua inércia e negligência²⁰ do que propriamente àquele ambiente.

Ainda que o escrivão não tenha entrado em detalhes acerca da fabricação de vinhos, a forma de cultivo dos bacellos, as adaptações que se faziam necessárias, as relações com temperatura ou altitudes ou se haviam pessoas empregadas no plantio nos arredores de Vila Boa, o ofício, acima citado, é relevante porque nos permite perceber as necessidades e as pressões criadas pelos adventícios no mundo colonial e em espaços distantes do litoral em cercar-se do costumeiro. E isso ocorrendo mesmo apesar dos cerceamentos do ambiente e das pressões em relação aos empecilhos colocados pela Coroa portuguesa e a proteção do seu “exclusivo colonial”, imprimindo, desta forma adaptações na paisagem com espécies vegetais apreciadas e suas conhecidas.

No relato histórico de ocupação daqueles sertões produzido por parte de Ayres de Casal se pode observar uma lenta e paulatina transformação da paisagem com espécies domesticadas exóticas e economicamente viáveis para o aumento do povoamento, ao mesmo tempo adaptando plantas nativas na criação de roças e para a própria circulação mercantil.²¹ Entretanto, nos chama atenção em todo o relato as dificuldades e o quão precário e difícil era este abastecimento, tornando gêneros de primeira necessidade como substancialmente caros, ao tempo que isso possibilitava a emergência de hierarquias e distinções naqueles distantes sertões, que violentamente iam

²⁰ 1765, Julho, 22, Vila Boa. Ofício do escrivão da Casa de Fundação de Vila Boa, Joaquim Pedro de Campos, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre ter seguido preso para a corte o secretário do governo de Goiás, Tomé Inácio da Costa Mascarenhas; as boas relações do governador com o desembargador Antonio José de Araújo e Sousa; a alta dos preços devido à falta de gêneros alimentícios; o pão que se tem dado aos moradores com a cultura do trigo em Goiás, e a fabricação de vinho. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx.21, D.1304. Digitalizados Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

²¹ Entre os elementos mais significativos de transformação estão a introdução do gado vacum, cavalari, a criação de porcos e até mesmo gado lanígero, para a produção de lã. Essas transformações na paisagem, pelo modo como eram efetuadas, não eram entretanto destituídas de críticas. Saint-Hilaire, por exemplo afirma: “o systema de agricultura empregado em Goyaz é o que, infelizmente, foi adoptado em quasi todo o Brasil. Queimam-se as florestas e semeia-se nas suas cinzas; depois de algumas colheitas, deixam-se brotar novos bosques, que se cortam por sua vez; continua-se assim até que a terra não produza mais que capim, e então abandonam-na. Aqui do mesmo modo que nos arredores de villa do príncipe, o capim gordura (*Melinis minutiflora*) acaba por se apoderar dos terrenos que por muito tempo foram cultivados, e expulsar completamente outros vegetais.” SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz*. Tomo primeiro. Tradução e Notas de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 322. O “capim gordura” ou *Melinis minutiflora* é uma conhecida espécie de graminéa africana, introduzida e amplamente utilizada para alimentação do gado no Cerrado, modificando lentamente essas paisagens. Ver principalmente CORREA, Silvio Marcus de Souza (org.) *Bioses africanas no Brasil*: Notas de história ambiental. Itajaí: NEAB, Casa Aberta Editora, 2012.

se transformando em espaço sob jurisdição portuguesa, nessas fronteiras em constante expansão.²²

Na experiência oitocentista de cronistas e viajantes na primeira metade do século XIX no Oeste do Brasil, entretanto se fazem presentes representações interessantes daquelas paragens, quais sejam, ao tempo que emergem leituras e anseios pela “civilização e civilidade” que seriam esperadas nos modos e nos costumes dos habitantes, esses anseios deixam evidenciar uma série de outras práticas e costumes dos moradores já sob jurisdição e administração portuguesas, e logo depois brasileiras. Nestas instâncias, ao menos no último quartel do século XVIII, pulsava na administração um certo anseio quanto a esse processo lento de transformação das civilidades, na fixação daqueles habitantes à terra e na produção agrícola, no processo de retomada das produções agricultáveis no Brasil, ao mesmo tempo que nesse processo, buscavam uma contínua domesticação da paisagem. Iremos nos ater neste trabalho, com maior ênfase, nas descrições e representações das práticas com bebidas alcólicas autóctones, e a transplantação de espécies vegetais que haveriam de efetuar essa domesticação, principalmente os relatos em torno das plantações de bacellos para a produção de vinhos na expansão para o Oeste do Brasil.

Na *Corographia Brasílica*, Ayres de Casal refletindo sobre esse processo de lenta transformação das paisagens na América remete para uma triste associação entre indígenas e conquistadores também no âmbito do mundo natural. Explicita que

a natureza (...) tinha entre as inumeráveis espécies indígenas muito poucas das que produzira na Europa, porém os conquistadores tem naturalizado grande número das d'este paiz, porque que não prosperaram, como no terro natural. As da África e Ásia não estranharam o terreno, quando plantadas nos mesmo climas. A oliveira cresce pouco, envelhece cedo, e não fructifica na zona tórrida. (...) a videira, e a figueira fructificação por toda a parte; mas com especialidade fora do trópico; e por toda a parte pássaros e sevandijas fazem cruel guerra ao seu fructo.²³

O fato de a videira “frutificar por toda a parte”, no olhar de Ayres de Casal renovava os anseios de possibilidade do plantio de bacellos para a produção de vinhos com mais cuidados e em maior escala no Brasil.²⁴ A relação com

²² Embora também procurassem riquezas minerais, a constituição dessas hierarquias e a configuração dessas jurisdições portuguesas eram um dos temores dos paulistas ao encontrarem ouro, como logo se confirmou, asseverava Sérgio Buarque. Cf. HOLANDA, *Capítulos de Expansão...* op. cit., p.104.

²³ AYRES DE CASAL, op. cit., p. 76.

²⁴ Interessante ressaltar, como aponta John Dickeson, que a viticultura no Brasil antes da Independência

a sua produção e comercialização no período colonial, malgrado o que relatava o tabelião Joaquim Pedro de Campos acima, parece ser bastante difícil e conflituosa devido aos altos lucros que os comerciantes portugueses obtinham com a produção no reino para a venda no mercado global e principalmente os altos lucros com o abastecimento dos mercados coloniais distantes do litoral.

Em seu relato de viagem desde o porto de Santos até a cidade de Cuiabá, datada de 1818, o oficial de engenheiros Luís D'Alincourt, descreve e analisa os caminhos e as paisagens que conectam a Província de São Paulo às mais distantes regiões do jovem império brasileiro,²⁵ principalmente os caminhos que conduziam para o Extremo Oeste, Províncias de Goiás e de Mato Grosso. Naquelas paragens também D'Alincourt dedica-se a observar essas espacializações portuguesas, e no que trata às possibilidades de transformação das paisagens. Quando atravessa a vila de Meia Ponte, que havia sido preterida à capital em favor da Vila Boa de Goiás, traça o quadro em que se encontrava a Capitania de Goiás, afirmando que

A mineração está em grande decadência, e a agricultura ainda na infância, todavia a cidade é abastada, porque de muitas léguas em roda concorrem ali os fazendeiros com diversos víveres, por ser o único lugar aonde os podem vender com lucro. O ouro e o gado fazem os objetos de exportação; além destes já se exporta algum algodão, tanto em natureza, como tecido; a importação consta de fazendas, secos, molhados, sal, aço, ferro e escravatura. O terreno é próprio para diversas plantações, *produz mui bem as uvas*, os marmelos, laranjas, limas, e muitas outras frutas; e se algumas só aparecem em diminuta quantidade, é porque são pouco curiosos os habitantes; colhe-se milho, trigo, arroz, mandioca, feijão, e outros legumes; a aguardente tem muita extração.²⁶

Ainda na primeira metade do século XIX, outro relato de grande valor para se aferir as dinâmicas e as alterações lentas e graduais na paisagem e nos costumes é o diário da “Viagem Fluvial do Rio Tietê ao Amazonas”, redigido pelo desenhista francês Hercules Florence entre os anos de 1825 e 1829. Florence acompanhava a expedição russa liderada pelo germânico Barão de

sofria cerceamentos físicos, políticos, sociais e econômicos. Do ponto de vista ambiental, a média das temperaturas de grande parte da América portuguesa tornava sua produção bastante difícil. Do ponto de vista político, Dickeson aponta principalmente os interesses mercantilistas da Coroa portuguesa em proteger suas produções para exportação e os exclusivos metropolitanos. Ver DICKESON, John. *Viticulture in pre-independence Brazil*. *Journal of Wine Research*, 6(3), p. 195-200.

²⁵ Embora a viagem de D'Alincourt tenha sido executada em 1818, quando o Brasil era ainda Reino Unido a Portugal e ao Algarve, a memória da viagem é editada e publicada em 1825, compondo posteriormente uma importante publicação utilizada para evidenciar distâncias, mas também as conexões que mantinham unidas as Províncias do recém fundado Império brasileiro.

²⁶ D'ALINCOURT, Luís. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. (primeira impressão 1825)

Langsdorff, e junto a Amado Taunay foram os responsáveis pelos desenhos da expedição. Para o que nos interessa mais diretamente neste trabalho, é importante notar primeiro o que o francês observou e descreveu em relação a essas alterações no que era uma paisagem que se ancorava nas dinâmicas e nos anseios dos grupos indígenas conhecidos e descritos naquele momento, tais como os Guaicuru, Paiaguás, Guatós e Guanás, Bororo, dentre outros. Por outro lado, relata as alterações que culminam na lenta transformação de elementos da paisagem numa tentativa de mudança que remontasse aos anseios de ordem e civilidade ancoradas nos modos de vida europeus, com elementos seus característicos. Um primeiro ponto interessante de se notar é a justaposição, ainda nesses idos da década de 1820, dessas espacialidades, e consequentemente elementos das paisagens. Quando o desenhista francês descreve os costumes dos Guatós, por exemplo, Florence afirma

Eles fazem grande matança de bugios, guaribas, lontras, etc., e preparam com cuidado as peles, assim como as da onça. São mui pouco agricultores e não plantam senão algumas raízes e milho. Costumam apanhar os frutos de um grande bananal, que foi plantado à margem esquerda do São Lourenço por um antigo sertanista, e colhem o arroz bravo que cresce nos pantanais circunvizinhos. A indústria manufatora consiste em tecer com casca de tucum grosseiros mosquiteiros, dentro dos quais dormem.²⁷

O Bananal descrito por Florence e já assimilado pelos grupos Guatós em sua alimentação, segundo o mesmo Florence, havia sido inserido naquele espaço pelo sertanista João Lemos, que nas proximidades de Cuiabá, nos primeiros tempos das explorações dos paulistas, “quis atender para o bem dos viajantes e fundar um estabelecimento de agricultura, onde havia plantado bananeiras, laranjeiras e mamoeiros”. Em 1826, desse estabelecimento “restava algumas telhas quebradas, pés de mamão e uma floresta de bananeiras que se tinha alargado numa área considerável.”²⁸ Além da introdução dos bananais, como espécime exótica modificando a paisagem e os hábitos alimentares, é interessante pensar através do relato de Florence a descrição breve de toda uma dinâmica com plantas e animais autóctones, como esses espécimes eram mobilizados, integrados num sistema cultural, dando sentido às paisagens. E, se por um lado podemos imaginar, como já bastante trabalhado pela historiografia, todo um processo de colonização e espacialização guaranítica naquele

²⁷ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Trad. Visconde de Taunay. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p. 104.

²⁸ *Ibidem*, p. 109.

espaço, tais dinâmicas de espacialização haviam resultado igualmente em uma paisagem guaraníca moldada pelos seus modos de vida.

Desse processo histórico de espacialização, alteração e domesticação de paisagens resultam marcas humanas que formam e compõem estas mesmas paisagens, como bem nos lembra William Cronon.²⁹ Das bebidas rituais descritas por Florence, a qual ele não menciona o nome, está entre os grupos Guanás uma bebida fermentada com o milho, que o viajante francês a qualifica de forma bastante depreciativa, posto que a fermentação ocorre somente depois que o milho é mastigado por integrantes do grupo. Interessante pensar nesse sentido, a própria importância do milho naquela paisagem Guaná mesmo antes do processo de colonização e transformação das paisagens no Oeste e espacialização das conquistas portuguesas.

Igualmente, quando trata dos espécimes vegetais em relação à Capitania de Mato Grosso, Ayres de Casal menciona a existência de “quatro castas de excelentes guabirobas, trez de uvaspíricas roxas, amarelas e rajadas com semelhança de bagos d’uvas, criadas de uma planta com semelhança de morangos, das quais os paraguayanos fazem várias bebidas.”³⁰ Nas proximidades do Rio Pardo, relata ainda Ayres de Casal que “há duas castas de palmeiras, que, segundo dizem, não se encontram nas dos outros rios da mencionada navegação cuyabana; huma chamada guacuman, delgada com 6 ou 7 pés d’altura, da qual se fabrica huma boa isca; outra denominada brutiz, que he alta, e grossa, com folhas de mais de 7 pés de comprido, do seu fructo fazem os índios, e ainda os antigos sertanistas, hum vinho, que se assemelha ao da videira na cór e gosto.”³¹ Aqui já é possível mesmo evidenciar na narrativa o processo, as mestiçagens e as trocas culturais entre os grupos indígenas e os “velhos sertanistas”. Dessas trocas e assimilações, dentre os grupos que introduziram e domesticaram animais exóticos no Extremo Oeste estavam os Guaycurus. Relatando essa dinâmica, Ayres de Casal nota que tão dinâmicas e fugazes quanto tais grupos indígenas eram as paisagens por eles construídas

Nenhuma das suas povoações he permanente; a sua existência he sempre junto d’algum rio, ou grande lago, e dura em quanto n’aquela paragem ha caça, peixe, frutas, e pastagem para os gados. Em se experimentando mingua, n’hum momento desaparece a cidade, e as campinas povoadas de milhares de animaes se tornão ermas. São vistosas as marchas d’estas caravanas. Em outro momento aparece outra cidade, onde não havia huma palhoça. E os campos

²⁹ Ver CRONON, op. cit., p.24.

³⁰ AYRES DE CASAL, op. cit., p. 221

³¹ Ibidem, p. 222.

em circuito onde apenas pastavam alguns veados, de repente se cobrem de numerosas manadas de cavallos e bois, e rebanhos de ovelhas. Fazem huma bebida embriagante, chamada *chicha* com mel e água. A nossa aguardente chamao *nodak*.³²

Mesmo as bebidas embriagantes dos Guaycurus, segundo o mesmo Ayres de Casal, incidem sobre essa dinamicidade e fugacidade das suas migrações e a sua transumância por um dado espaço que é identificado e nomeado pelos grupos Guarani, denotando a construção de uma espacialidade ampla, tais bebidas sendo produzidas principalmente com o mel. De outro modo, todo um vocabulário próprio em torno dos animais, plantas e bebidas introduzidas fazem denotar a construção de uma familiaridade com essa transformação das paisagens e especializações nas primeiras décadas do século XIX.

“As videiras tomam hum crescimento e grossura notável em muitos districtos”: os olhares diversos sobre os vinhedos no Brasil Central

Com a presença da família real no Brasil e o processo gradual de sua transformação em Reino Unido e depois Império do Brasil, a preocupação com a manutenção das antigas capitanias em um espaço unificado na construção do Estado imperial e depois nação se deu de forma mais contundente. Assim, se busca dar um maior impulso às produções locais para comércio assim como os sucessivos estímulos à indústria, as produções agrícolas, estas inclusive já haviam tido um forte impulso no último quartel do século XVIII, com os estímulos e os impulsos de teor fisiocrata na colônia junto à uma leitura do mundo natural que estimulava de forma contundente o melhor aproveitamento das potencialidades do mundo natural no reino e nas colônias. No jovem império do Brasil, tais produções serviriam agora para impulsionar a construção de um estado forte e poucas décadas depois no impulso que imagina a nação.

Na narrativa do mesmo Ayres de Casal, esses elementos e essas questões parecem estar igualmente presentes, o relato, escrito em 1817 e depois corrigido e comentado em 1833, atravessa esses momentos de tensão do lento processo de construção do Estado imperial brasileiro. Assim, elementos de transformação de uma paisagem comum, segura e menos perigosa para o europeus, que estiveram em seus horizontes desde o começo do processo de colonização ganham outras cores em princípios do século XIX. Com isso, essas contínuas tentativas de transplantação de espécimes iam ganhando

³² *Ibidem*, p. 235.

cada vez mais impulsos. O presbítero relata na sua *Corographia Brasília* que adentrando pela Capitania de São Paulo, nos campos de Curytiba

tem se visto cachos de uva ferral com 6. 7, e mais libras, ainda não se fez vinho, que preste. No anno de 1812 chegou da Europa huma grandissima quantidade de bacellos de diversas plantas no melhor estado, que se podia desejar, destinadamente para este paiz. espera-se que muitas fructifiquem, quando não melhor, ao menos como no paiz natal; e que ao depois de reiteradas experiencias se consiga fazer-se vinho bom.”³³

Dos rituais portugueses de civilidade e distinção nessa expansão para o Extremo Oeste, ancorada a essa transformação das paisagens, a cana de açúcar já ocupava o papel proeminente, não necessariamente em torno da fabricação do açúcar, como asseveram os relatos e as crônicas, mas pela fabricação de aguardentes. Ayres de Casal afirma ainda que nessa transformação das paisagens operavam as laranjeiras, que “são aqui multiplicadissimas, e fructificação excellentemente todo o anno; as melancias, os melões, e os annanazes são bons. Cultiva-se mandioca, milho, feijão, algum algodão, e cannas de assucar, de cujo succo a maior parte he distillada em aguardente, por ter mais prompto gasto.”³⁴ O “pronto-gasto” relatado pelo cronista diz respeito também a esse maior uso e costume para o comércio local, mas também no âmbito das festividades.³⁵ Do mesmo modo, Hercules Florence alguns anos depois afirma que se faz aguardente de cana de superior qualidade, que é a principal bebida do país. E, como assevera Julita Scarano, existiam tensões em torno de distinções e interesses em relação ao que se consumia em termos de bebidas alcólicas. As aguardentes de produção local eram vistas como bebidas de consumo das classes menos abastadas, em detrimento de outras bebidas vindas da Europa. Florence cita as festividades e as distinções que se teciam em torno do vinho, quando afirma

bem que esteja também em uso o vinho, cuja procura é limitada em razão do alto preço. Cada garrafa custa com efeito de 1\$200 a 1\$800, o que faz com que sejam motivos de luxo e ostentação franquiá-las aos convivas por ocasião de festas de casamento e batizados. Assisti às bodas de um homem apatacado, nas quais se beberam 200 garrafas de vinho, o que representa uma despesa de mais de 200\$000 (1.250 francos). Quase igual quantidade consumiu-se num batizado.³⁶

³³ *Ibidem*, p. 192

³⁴ *Ibidem*, p. 249.

³⁵ Ver SCARANO, op. cit., p.472.

³⁶ FLORENCE, op. cit., p. 125

Essas considerações em torno do comércio, e especialmente da carestia que eram revestidas as mercadorias europeias naqueles espaços também não passaram despercebidos por Ayres de Casal, que explicita tanto o que se produzia e comercializava no âmbito local quanto o que chegava pelos caminhos fluviais e terrestres naqueles sertões de fronteira do império. Ayres de Casal explicita que nas paisagens transformadas, na Capitania de Goiás

Há abundancia de laranjas, goyabas, araças, mangabas, annanazes, melancias, bannanas, geralmente de boa qualidade, como também as uvas. Cultiva-se milho, mandioca com outras raízes comestíveis, arroz, legumes, tabaco, algodão, cannas de assúcar, quanto basta para o consumo da população. As mercancias europeas e aziáticas, como vinho, azeite, ferragens, tecidos e alguns comestiveis, chegão aqui por hum preço exorbitante, e unicamente a troco de oiro, procurado por muita gente.³⁷

Um dado importante na Corographya, entretanto no que diz respeito a estas adaptações de espécimes exóticas na Capitania de Goiás, são as experimentações em torno das vinhas, relata que

As canas de assucar são cultivadas em vários districtos e entretém muitos engenhos, do seu suco a maior parte é reduzida à aguardente e rapaduras. Farinha de mandioca, milho, e legumes são as mais abundantes produções da agricultura. Por toda a parte he conhecido o fructo do araçazeiro e annanzeiro, da mangabeira, goyabeira e bannaneira, as jabuticabas são graúdas, e os ambus de várias qualidades, as laranjas e melancias são boas, as marmeladeiras multiplicadas em alguns sítios meridionais, seu fructo do tamanho o forma de laranja e até com casca grossa, mas anegreada quando maduro, tem huma polpa agridoce e desenfastienta que faz lembrar a marmelada, com cujo nome é conhecida. As maçãs não lisonjeiam a vista, nem o paladar, os marmelos são pequenos, em mui insípidos, porém faz-se deles boa quantidade de doce. *As videiras tomam hum crescimento e grossura notável em muitos districtos, e fructificação abundantemente duas vezes no anno; com as uvas da estação secca se faz vinho, que ainda não he passageiro; as do inverno só servem para vinagre, que supre bem o europeu.*³⁸

Também na década de 1820, nas viagens de Auguste Saint-Hilaire pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, aparecem alguns elementos que merecem análise mais detida. O naturalista francês tece algumas considerações interessantes sobre essas formas de cultivos e possibilidades de alteração nas paisagens, quando a escassez do ouro se fazia sentir e um certo isolamento daquelas províncias era já uma fator bastante preocupante para os administradores

³⁷ AYRES DE CASAL. op. cit., p. 239

³⁸ Ibidem, p. 267.

e seus moradores. O naturalista elabora toda uma análise e assevera com o sentido instrumental que a terra no Cerrado poderia produzir bem alguns espécimes exóticos que receberia boa aceitação na circulação mercantil. Na sua mesma perspectiva, ancorado na lógica de aceleração e progresso, culpava os agentes humanos, interpretava a situação como de isolamento e acomodação na organização do espaço e na aceitação de um determinado modo de vida dos seus habitantes como condenável. Aponta que “o habitante de goiaz não deve desesperar da sua situação, mesmo limitando-se às culturas habituaes. E por que não tentar sahir da rotina? Por que não pedir à terra productos que, novos para o paiz, representam, sob pequeno volume, valores mais importantes ainda do que o tabaco, o assúcar e o algodão?”. Para logo depois, perceber que estas outras espécies e elementos novos, experimentadas em outras porções do Império do Brasil haveriam de ser testadas naquela espacialidade, afirmando que

O chá acclimatou-se bem no Rio de Janeiro, dar-se á sem duvida, igualmente bem, nos districtos elevados da província de Goiaz, e si a maneira de cultivar esta planta não for susceptível de se modificar e ser posta de accordo com a fraca população da província, poder-se ia encontrar no índigo recursos do mesmo gênero e ainda mais seguros. O anil é nativo em Goiaz e poderia ser cultivado vantajosamente, como foi outrora, em outras partes do brasil. É possível que nos districtos montanhosos, taes como Santa Luzia, Corumbá, S. Antonio dos Montes Claros e toda a vizinhança dos montes chamados pyrineus, se conseguisse cultivar a amoreira e criar bichos de seda. O Rio de Janeiro envia para a Villa Boa vinhos da Europa, e talvez a província de Goyaz os pudesse extrahir do próprio solo e exportá-los para a capital; algumas pessoas ensaiaram a fabricação do vinho com a uva deliciosa do tempo da secca, e vinagre com a da época das chuvas; obtiveram o melhor exito, e é de crer que ainda consigam coisa melhor quando tiverem adquirido mais experiência desta fabricação, e que plantando mais, vierem a exercê-la em larga escala. A vinha é certo, tem um terrível inimigo numa grande formiga que, muito abundante, despoja em poucos instantes as vedes de suas folhas; mas toda a cultura tem seus inimigos; é necessário que o agricultor tenha bastante coragem para lutar contra elles e procurar vencê-los.³⁹

O brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos, governador das Armas de Goiaz, nesse mesmo período realizou uma viagem do Rio de Janeiro ao Pará, atravessando as províncias de Minas Gerais e Goiaz no ano de 1826, cujo diário e roteiros acabaram por ser publicados dez anos depois, já no ano de 1836. O brigadeiro, grande conhecedor daqueles sertões e das dificuldades que se impunham em seus caminhos, era também naqueles anos um dos

³⁹ SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 326.

entusiastas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, observando as potencialidades que haveriam de alavancar a economia do jovem império. Nesse sentido, de um certo ponto desapontado sobre o que observara, afirma também ter reparado na falta de estímulos em relação a algumas produções que considerava importantes para esse processo de colonização das paisagens e costumes naquela década de 1820, e isso incluía, como também observara Saint-Hilaire, as produções de vinho.

Vegetais. Os mesmo que ha na província de Minas Geraes, e outras do oriente. As uvas são saborosíssimas, e talvez superiores a todas as do Brazil. Este bello vegetal vai cahindo em desprezo, e por ir crescendo a preguiça, não de o comerem, mas sim de o cultivarem. Dizem que há ruibardo, sene, maná, e muitas outras drogas, e plantas medicinais.⁴⁰

O brigadeiro, em finais da década de 1820, era um dos entusiastas dessas transformações na paisagem, mostrava, entretanto, decepção por observar determinados empecilhos e dificuldades para o trabalho de frutificação de certos vegetais que operariam estas transformações. Mas muito dessas paisagens, ambientes e espaços há muito atravessavam processos de transformação e resignificação dos seus sentidos, como é possível notar nos mapas, nos roteiros e guias como o de Anastácio de Santana.

Transformações de Paisagens e Espaços de fronteira nas primeiras décadas do império

Se as narrativas dos viajantes evidenciam aspectos de transformação das paisagens, as representações do espaço na cartografia buscam evidenciar as espacializações portuguesas e as marcas da “conquista” nos mapas. Em 1817, no intento de mostrar que essas espacializações da “conquista” haviam ocorrido, Anastácio de Santanna publica o seu famoso Guia dos Caminhantes, com uma série de mapas representando os principais caminhos que, naquelas primeiras décadas do século XIX, se faziam como importantes rotas de comércio, comunicação e abastecimento às mais longínquas capitânias e logo depois províncias do Brasil. Mais do que propriamente fortalecer a ideia de um “guia” para os caminhantes, tropas e comerciantes que atravessavam de forma penosa aqueles difíceis caminhos dos dilatados sertões da América portuguesa, os mapas de Santanna também se referendam como “desígnios”, anseios da administração portuguesa e brasileira em ver e fazer notar aqueles

⁴⁰ Raimundo José da Cunha Mattos. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Geraes e Goiaz*. Tomo segundo. Rio de Janeiro, typ. Imperial e constitucional de J. Villeneuve e C^a, 1836, p. 309. Biblioteca Nacional Digital.

espaços como espaços constituintes de um imenso império, conectados entre si, rearfirmado uma vitória sobre as agruras da natureza daqueles imensos e dilatados sertões por parte do império português e depois império brasileiro. Tais desígnios de espacializações da conquista se coadunando com o processo de transformação das paisagens, inscrito nas representações do espaço. Os mapas que destacamos aqui, de Mato Grosso e Cuiabá e o mapa da Capitania de Goiás, denotam aspectos importantes em relação àqueles espaços. Por um lado, contam histórias das relações luso-brasileiras e indígenas na construção e invenção daqueles espaços como espaços pertencentes aos domínios luso-brasileiros, histórias de práticas e de representações, que tanto dão lugar a uma série de transformações nas paisagens e nos espaços, no lento e contínuo processo de colonização do espaço e das paisagens como espaço vivido e a resignificação dos lugares. Nesse processo de territorialização e desterritorialização atribuem novos sentidos àqueles sertões, antes lugar de outras relações com o mundo natural e construção de significados com o espaço e a paisagem, de outras práticas e representações de um grande número de indígenas, principalmente Jês e Guaranis, suas relações com os espaços, na construção do que chamamos hoje de Cerrado e Pantanal.⁴¹

Os mapas nesse sentido, são ao mesmo tempo um repositório de experiências, geografias vividas, além de tempos e espaços pretéritos condensados na mesma representação espacial, com as relações construídas no e pelos espaços vividos por uma série de comerciantes, sertanistas e colonizadores em suas alianças, amizades, conflitos e antagonismos com os grupos indígenas. Significam também índices de uma temporalidade, demarcando os anseios, os caminhos e a historicidade destas relações, e por fim, buscam apontar para o futuro, no caso aqui, demonstrando na sua historicidade, caminhos percorridos pelo processo de colonização assim como as possibilidades futuras, as potencialidades e os caminhos seguros que manteriam as capitanias unidas, apesar de suas distâncias e agruras oferecidas por estes caminhos dos sertões. Expõem, portanto, vivências e experiências na construção daqueles espaços, processos de desterritorialização de grupos indígenas e elementos que exarcebavam paisagens e espaços seguros de colonização, como as paisagens com plantas exóticas com trigos, canaviais e roças de feijão, milho e mandioca e mesmo a pequena produção doméstica de vinhos buscavam construir. É esse processo lento de colonização, do espaço, da linguagem e da memória, em práticas e representações que os mapas de Anastácio Santanna evocam.

⁴¹ Cf. OLIVEIRA, A paisagem do Pantanal... op. cit., p. 161-194.

Sobre a Capitania de Goiás o espaço aparece delimitado por uma linha vermelha que acompanha as fronteiras constituídas da Capitania, à esquerda do mapa, na representação do sul, aparecem os Rios Grande e o Rio Pardo, como braços do rio Paraná que lhe dá origem. À direita do mapa, no norte, os Rios Tocantins e Araguaia, junto aos seus afluentes, Rio das Mortes, Rio do Peixe, Rio de São João dentre outros formam um emaranhado que toma quase toda a representação das espacialidades no norte da Capitania, e, junto aos rios um conjunto das espacializações portuguesas com os arraiais, as casas fortes, as povoações e os povoados seguindo as proximidades dos rios, dominando grande parte do espaço da Capitania.

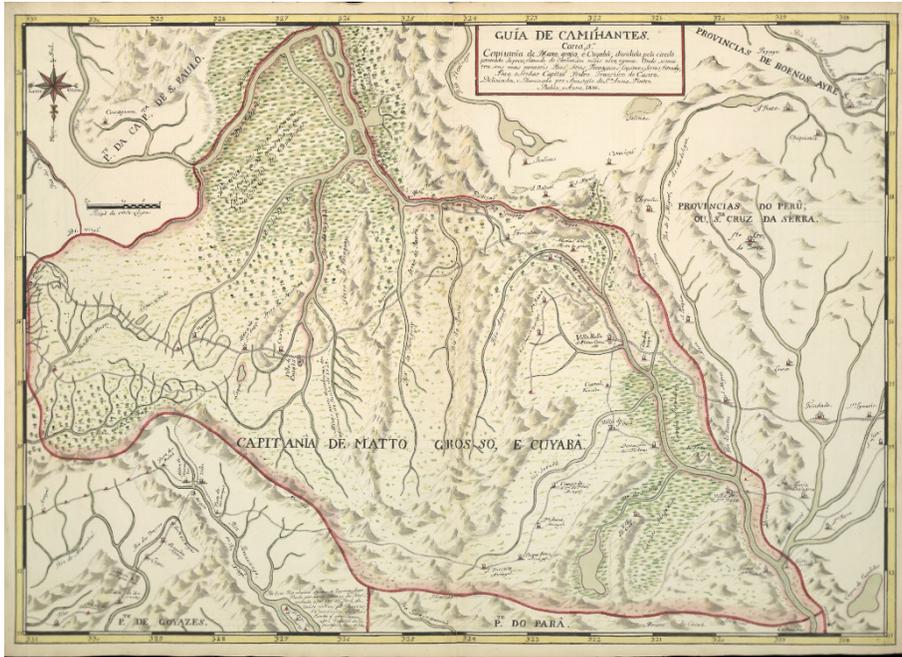


Santana, Anastácio de. Guia de Caminhantes [Cartográfico]. Anno 1817. 1 Atlas ms. (14f., 13 mapas): aquarelado, desenho a nanquim preto e vermelho; 53X75. Biblioteca Nacional. CDD 912.81; Loc. Original CAM.04,003 – Cartografia. Carta 11, Capitania de Goyazes. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/cart325616.pdf

Os povoados nas proximidades dos rios, em grande medida se dava pelo processo histórico de ocupação e colonização, primeiro por conta do processo na mineração no processo das bateias, e, depois, com o seu declínio, por volta

da década de 1770, pela própria constituição dos povoados, no estabelecimento de roças, fazendas e na criação extensiva de gado, aparecendo um pequeno símbolo entre os rio Grande e Cayapó, a “passagem do gado”, possivelmente a caminho da Capitania de Mato Grosso, a ligando finalmente à Capitania de Goiás, caminho que havia sido muito comemorado pelas dificuldades que aquela capitania atravessava em relação a este tipo de abastecimento. Na representação de Santanna, merecem destaque ainda as “aldeias” indígenas. Dentro do espaço delimitado da Capitania de Goiás aparecem somente as representações das “Aldeias do Curuasi”, já nas proximidades da Capitania do Piahy, e a “Xavante Aldeia”, já muito próximo da Vila Boa de Goiás, capital. No extremo norte para além do espaço delimitado da Capitania, depois da representação de uma “caza forte”, emerge a serra grande e logo depois a inscrição “aldeia de gentios brabos Xavantes”, e além “gentios Bananeira” e “gentios Pimenteira”, explicitando claramente ainda as tensões existentes em torno daquele espaço.

Os caminhos, objeto central na elaboração do mapa de Santanna, são vários. Dois deles atravessam toda a capitania no sentido Leste-Oeste rumo a Capitania de Mato Grosso. O primeiro atravessa Montes Claros, Meia Ponte, Vila Boa, Pilões, o Registro da Insua, pega as cabeceiras do rio das Mortes até alcançar Mato Grosso. O segundo atravessa São Felix e Natividade, São José, Trahiras, Cocaes, Pilar, chegando a capitania de Mato Grosso pelas cabeceiras do Rio São João. O caminho Norte- Sul parte de Vila Boa, atravessa Tesouras e Santa Rita, passando pelo Registro de Tocantins, São Felix, Carmo da Natividade, Descoberto Novo, acompanha por um longo trajeto as proximidades do rio Tocantins até chegar ao extremo da Capitania de Goiás onde encontra finalmente a Capitania do Pará, donde se sabe advinham mercadorias, secos e molhados de Belém.



Santana, Anastácio de. Guia de Caminhantes [Cartográfico]. Anno 1817. 1 Atlas ms. (14f., 13 mapas): aquarelado, desenho a nanquim preto e vermelho; 53X75. Biblioteca Nacional. CDD 912.81; Loc. Original CAM.04,003 – Cartografia. Carta 11, Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/cart325616.pdf

O mapa da capitania do Mato Grosso e Cuiabá igualmente traz elementos interessantes sobre os vestígios deixados dos processos de ocupação, e igualmente desterritorialização e conflitos com os grupos indígenas, demarcando os espaços como espaços de colonização portugueses e luso-brasileiros. O primeiro elemento que chama a atenção em relação aos “caminhos”, são obviamente em grande medida o aspecto fluvial destas conexões. Então, tanto no sentido leste-oeste os principais caminhos que conduzem até a vila de Cuiabá, na representação do mapa, subindo o rio Pardo, acompanham o varadouro de Camapuã, ainda na capitania de São Paulo, e logo depois atravessa o Taquari, sobe o rio Cuiabá até encontrar as vilas de Coxipó e Cuiabá, caminhos fluviais estes que foram percorridos por D’Alincourt e Hercules Florence, da expedição de Langsdorff.

O caminho que conduz no mapa até Vila Bela de Mato Grosso atravessa o rio Paraguai, a serra do Jauru, descendo pelo rio Apuré até encontrar o

Porto de Guapuré e finalmente, nas proximidades das “minas de Mato Grosso” encontrar Vila Bela. O caminho, no “Guia dos caminhantes” ainda representa depois de passar por Coimbra a Nova, e o rio Mbotetei/Miranda todas as riquezas e possibilidades das minas de prata de Potosi, Santa Cruz de la Sierra e as povoações indígenas de Chiquitos, inclusive com caminhos por terra que chegam até aquelas antigas ricas possessões espanholas.

No mapa de Santanna, toda a área que compreende os rios Paraguay, Mbotetei/Miranda, Taquari, Porrudos, Cuiabá e Jauru recebe a inscrição “tudo isso são pantanaes com lagoas e mattas grandiosíssimas”, e ainda “pantanos seis meses do anno, e no tempo Estia que estão secos são invadidos dos cavaleiros Guaicuru”, ressaltando na linguagem as operações, em práticas e representações, os processos violentos de colonização do espaço, e os conflitos em relação ao que mencionávamos anteriormente em relação a transformações e marcas deixadas nas paisagens, posto que pouco mais de um século antes ali, nas relações construídas com o espaço e a paisagem, era ali o denominado Lago Xarayes dos espanhóis ou antes ainda o Ca-Y-Gapó, daqueles mesmos grupos Guarani que disputavam o território, o espaço e os sentidos das paisagens.⁴²

Considerações finais

Neste trabalho lançamos algumas notas, considerações e questionamentos em torno da transplantação de espécimes vegetais nos sertões do “Extremo Oeste” da América portuguesa e depois Império do Brasil tentando perceber os anseios de transformação da paisagem e a colonização do espaço. Nestes anseios de transformação incluíam a transplantação de bacelos para a fabricação de vinho no final do período colonial e primeiras décadas do século XIX, mesmo que no âmbito de produção e consumo locais. O questionamento em torno de uma planta a qual é atribuída um grande valor na cultura ibérica e grande valor econômico nos mercados globais nos fez levantar alguns pontos interessantes em maior escala em torno da colonização da paisagem e da ressignificação dos espaços da “conquista”. Muito desse processo de colonização é atribuído à escravização indígena e à mineração, mas a domesticação da paisagem teve igualmente outros elementos, como a essencial implementação de roças de feijão, milho e mandioca no abastecimento do comércio local, junto a isso a constituição de ruralidades e urbanidades, tecendo roteiros nas mais distantes paragens da América portuguesa, e além

⁴² OLIVEIRA, A paisagem do Pantanal... op. cit., p.161-194. E COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Cosmos, 1999.

fronteira,⁴³ como mesmos os caminhos de Anastácio de Santana fazem notar no começo do século XIX. Aqui, nos dispusemos a analisar igualmente como é possível observar palimpsestos de paisagens e significados outros atribuídos aos espaços em disputa, entre indígenas, sertanistas e adventícios luso-brasileiros. Sérgio Buarque apontava que esse processo de disputa e colonização havia sido feito à princípio a partir de mestiçagens, donde o adventício mais se adaptava às feições da cultura local do que propriamente impunha a eles seus valores, mais se moldando, maléavel e cambiável como o couro, do que se impondo, como o ferro.

Em fins do século XVIII, os espaços parecem ser mais fortemente amarrados ao processo de colonização, como aponta Vera Ferlini do Amaral, por elementos dentre os quais se destaca o “Renascimento Agrícola”.⁴⁴ Assim, tais quais os espaços, as paisagens igualmente sofrem processos mais intensos de domesticação. Buscamos observar aqui, em meio a esse processo, como dentre os espécimes vinculados a esses incentivos e anseios de transformação, em meio a uma série de outros vegetais podemos perceber que os vinhedos igualmente foram observados e incentivados como elementos que compõem gostos que impulsionam distinções nos sertões, e ainda no processo de resignificação das paisagens e do espaço. Buscamos, da mesma forma, observar que ao menos nesse processo entre o final do século XVIII e princípio do século XIX essas paisagens outras ainda se faziam visíveis e presentes, como elementos latentes e de tensões, emergindo mesmo em mapas dos espaços reconfigurados e ressignificados das primeiras décadas do século XIX.

Artigo recebido para publicação em 29/07/2020

Artigo aprovado para publicação em 16/11/2020

⁴³ OLIVEIRA, A paisagem do Pantanal..., op. cit., p. 181. BUENO, Beatriz Piccolotto. Por uma arqueologia da Paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. *Labor & Engenho*, Campinas, v.11., n.3. p. 242-262., jul/Set, 2017.

⁴⁴ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N.Sér. V.17, n.2. p. 237-250, jul-dez., 2009. E ainda ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVII. *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 66-79, 2000.